

Ensino e assistência em adolescência:
realidade e perspectivas

Teaching and healthcare in adolescence: reality and perspectives

Ricardo Becker Feijó, Maria Conceição Oliveira Costa

J Pediatr (Rio J) 2001;77(Supl.2):123-4

Diante da realidade mundial apresentada na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento de 1994, nos últimos 5 anos, as Nações Unidas vêm desempenhando esforços de avaliar as perspectivas dos programas quanto ao bem-estar e à qualidade de vida, principalmente no que diz respeito à adolescência e à juventude, que, no Brasil, representam aproximadamente 49 milhões de pessoas entre 10 e 24 anos.

Os períodos etários da infância e adolescência, assim como seus direitos e deveres, foram originados na sociedade contemporânea e encontram-se registrados na forma de leis e Estatuto (ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente), muito embora nos países pobres onde predominam o baixo nível social e condições inadequadas de desenvolvimento, a infância e a adolescência não sejam vivenciadas de forma plena, tendo em vista as responsabilidades e compromissos assumidos precocemente, seja pela necessidade de sobreviver ou por conta da falta de amparo da família, também desagregada ou sem suporte social. Ao contrário, nos grupos sociais privilegiados, a adolescência prolonga-se por mais de 20 anos, seja por conta da dependência econômica dos pais, como pelas aspirações profissionais.

O Brasil possui uma das mais amplas legislações mundiais no que diz respeito à saúde e bem-estar, entre outros requisitos básicos para o exercício da cidadania; entretanto, as dificuldades sociais, econômicas e o descompromisso do poder público para com os direitos humanos favorecem a exposição das crianças e dos adolescentes não só aos problemas clínicos que molestam a integridade de sua saúde, mas, sobretudo, aos agravos socioambientais, os quais podem impossibilitar-lhes o pleno desenvolvimento à fase adulta.

No nosso país, as preocupações com a faixa etária adolescente datam da década de 60 e 70, quando as pesquisas começaram a indicar alguns problemas relacionados com adolescência, os quais foram exaustivamente descritos no decorrer das décadas de 80/90 e no início deste milênio.

Em 1998, a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e a Associação Médica Brasileira (AMB) reconheceram a Medicina do Adolescente como especialidade médica, cuja formação exige os mesmos atributos técnicos necessários às outras especialidades pediátricas. Entretanto, a prática da medicina da adolescência já era exercida por ilustres colegas há cerca de 3 a 4 décadas, através de serviços universitários, serviços públicos de saúde ou em clínicas privadas, os quais serviram de modelo na divulgação de propostas voltadas à atenção da população adolescente, assim como foram pioneiros na realização de pesquisas, divulgação de experiências e de conhecimentos teóricos sobre a adolescência e as peculiaridades desta etapa do desenvolvimento humano.

Até a década de 70, poucos eram os serviços e profissionais que se encorajavam a aprofundar-se sobre a atenção de saúde para a população adolescente. Este parecia ser um caminho muito difícil, pois exigia do profissional, além do conhecimento clínico específico, o aprofundamento nas ciências do comportamento, tendo em vista a necessidade de compreender as características psicossociais, assim como aspectos socioculturais e das relações socioambientais desta etapa do desenvolvimento. A este desafio somava-se a necessidade da realização de maior intercâmbio com profissionais de outras áreas do conhecimento para dar conta de responder às reais demandas deste grupo populacional.

Atualmente, a Medicina do Adolescente, além de ser uma especialidade médica reconhecida pela SBP e AMB, exercida em consultórios, ambulatorios e serviços de diferentes níveis de complexidade, também já pode contar com a formação acadêmica de graduação e de pós-graduação em diversos centros acadêmicos do nosso país, assim como, divulgada através das pesquisas e dos indicadores que têm como objetivo

subsidiar a melhoria da atenção a esta população.

Consoante a esta tendência, o Jornal de Pediatria realizou este suplemento, representando uma das inúmeras iniciativas voltadas à disseminação do conhecimento em saúde, no qual especialistas de diferentes áreas contribuíram para que temas atuais pudessem ser discutidos à luz da literatura científica, subsidiando o nosso leitor sobre alguns aspectos da atenção à saúde do adolescente.

Ricardo Becker Feijó - Professor Adjunto de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Doutor em Clínica Médica da UFRGS. Coordenador da Clínica para Adolescentes do Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA - RS.

Maria Conceição Oliveira Costa - Professora Titular do Departamento de Saúde da Universidade Estadual de Feira de Santana - BA. Doutora em Pediatria pela UNIFESP-EPM. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas na Infância e Adolescência - UEFS - BA.

Copyright Sociedade Brasileira de Pediatria © 2001 - Todos os direitos reservados Todos os serviços deste site são gratuitos. Esta política se tornou possível graças a uma generosa e irrestrita doação concedida pela Nestlé Nutrição Infantil